



COMUNICADOS

Ameaças à liberdade de informação

Durante as eleições presidenciais de janeiro de 2021, foi notório e foi notícia o clima de ameaças à liberdade de expressão, de informação e de manifestação vivido na campanha do candidato André Ventura, presidente do partido Chega. Na sequência de algumas notícias, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista foi contactada pela missão da OSCE que estava a acompanhar a campanha eleitoral a convite do Governo português no sentido de relatar os factos de que tinha conhecimento. Decidiu então promover um conjunto de audições a sete jornalistas que participaram na campanha e o resultado revelou um retrato bem mais preocupante do que davam conta as notícias.

Os jornalistas chegaram a fazer notícias sobre as ameaças de que alguns deles foram alvo no jantar-comício de Braga, quando o diretor de campanha de André Ventura, Rui Paulo Sousa, proferiu no seu discurso palavras que os jornalistas entenderam serem-lhes dirigidas: *“Os nossos inimigos, os nossos adversários estão lá fora. Não estão todos lá fora, infelizmente. Alguns estão cá dentro”*. Na sala, além dos apoiantes, só estavam os jornalistas.

Nessa noite, vários profissionais da comunicação social ouviram insultos, ameaças, vaias, apupos dentro da sala do jantar-comício. Sentiram necessidade de saírem em grupos do local, porque se sentiram ameaçados. Um carro de reportagem da RTP, ao serviço da rádio Antena 1, foi vandalizado: arrancaram-lhe o limpa-para-brisas. No dia seguinte, o candidato André Ventura fez declarações no sentido de se demarcar das ameaças proferidas contra os jornalistas, mas nunca desautorizou o seu diretor de campanha.

Foi o único momento em que os jornalistas deram algum eco nas notícias quanto ao clima de hostilidade que dizem ter vivido toda a campanha, sobretudo por parte de apoiantes do candidato, mas também da parte da própria candidatura, ainda que esta última se tenha manifestado num tom que nunca foi considerado ameaçador. No entanto, a comunicação social era sempre visada nos discursos de campanha, ainda que algumas vezes fosse para agradecer a sua presença.

As ameaças não foram apenas presenciais. Nas redes sociais, o tom usado por alguns apoiantes e por, pelo menos, um dirigente do Chega é passível de ser enquadrado como crime. Nas redes sociais, o discurso de ódio é uma constante e algumas jornalistas chegaram a receber ameaças diretas. Presencialmente também, sobretudo no jantar de Braga.

As principais razões para os ataques aos jornalistas terão sido, segundo os próprios, o facto de estarem a fazer uma cobertura independente e livre da campanha daquela candidatura, feita durante o pico da pandemia de covid-19 em Portugal e que enfrentou nas ruas várias

manifestações de repúdio. Aos apoiantes, incomodava-os o facto de os jornalistas irem ouvir os argumentos desses manifestantes, assim como incomodavam as notícias que davam conta de jantares-comício que não cumpriam as regras de segurança sanitária.

Apesar do clima tenso e de hostilidade permanente, os jornalistas em momento algum abandonaram aquilo que entendem ser a sua missão. E nem sempre se consideraram um alvo. Em vários momentos perceberam que as coisas podiam correr mal devido aos protestos recorrentes, em várias cidades, de manifestantes anti-Chega, e foi isso mesmo que aconteceu em Setúbal, já quase no fim da campanha. Todos os jornalistas ouvidos têm dúvidas sobre o que de facto aconteceu naquela tarde e que terminou com uma “limpeza de rua” e uma carga policial sobre alguns manifestantes. Nenhum jornalista diz ter assistido à “chuva de pedras” relatada nas televisões pelo comandante distrital de Setúbal.

Neste contexto, e perante os factos relatados pelos jornalistas ouvidos pela CCPJ, foi elaborado um relatório circunstanciado que foi remetido às seguintes entidades:

- Presidente da República
- Presidente da Assembleia da República
- Primeiro-Ministro
- Procuradora-Geral da República
- Provedora de Justiça
- Comissão Nacional de Eleições
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social
- Sindicato dos Jornalistas

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2021

O Plenário da CCPJ